

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.018

## “A NOSSA HIGIENE”: FLÁVIO MAROJA E EDUCAÇÃO PARA SAÚDE NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO-IHGP

Alanny Paulo Ricardo de Almeida<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo problematizar as práticas educativas do médico Dr. Flávio Maroja em seus escritos para a Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano-IHGP, no período entre 1909 à 1932. Flávio Maroja foi um intelectual, um político e um mediador cultural, inserido no cenário científico, social e cultural da Paraíba, que buscou, a partir de suas práticas educativas, promover uma “educação para a saúde”. O intelectual Flávio Maroja percorreu durante sua vida pública diversos espaços de saber e de poder. No campo político, foi deputado em algumas legislaturas, alcançando o cargo de Primeiro Vice-Presidente do Estado no governo de Solon de Lucena (1920- 1924), atuou em postos públicos na área da saúde, na imprensa e em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP e a Sociedade de Cirurgia e Medicina da Paraíba-SCMPB. No desenho metodológico, utilizo a metodologia de *análise de discurso* proposta por Michel Foucault (2012), atentando para os discursos, enunciados e irregularidades discursivas sobre a temática da educação para a saúde promovida por Flávio Maroja. No campo teórico, recorro às noções de *intelectual* (2003) e de *engajamento* (2003) de Jean-François Sirinelli, esse debate em torno do intelectual, de seu engajamento e da mediação e produção cultural me coloca no cerne da História

1 Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN)

Cultural. E, para pensar os discursos profiláticos para os corpos paraibanos, dialogo com a noção de *biopolítica* na esteira do pensamento de Michel Foucault (2014). Por fim, concluo que a atuação de Flávio Maroja no meio intelectual e científico da Paraíba, possibilitou a amplificação de seu poder discursivo e de suas práticas educativas que intencionavam uma educação para a saúde da população.

**Palavras-chave:** Flávio Maroja; Práticas Educativas; Revista do IHGP; Educação para Saúde.

## INTRODUÇÃO

“[...] afagamos de há muito a ideia da organização do serviço sanitário d’esta Capital, - do seu saneamento - em condições de fazer a sua hygiene defensiva e estabelecer a prophylaxia das moléstias transmissíveis, aparelhando-se a autoridade competente dos elementos seguros que nos proporciona a hygiene moderna.” (Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, 1911).

Ao caminhar pelas ruas da capital paraibana o médico Flávio Maroja observava o cotidiano, as condições da falta de higiene, saneamento, e salubridade que os transeuntes se deparavam. O cenário insalubre da rua General Ozório e de demais localidades da capital foi apresentado pelo paraibano no artigo *Nossa Hygiene*, publicado na Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano em 1911. O odor fétido, a visão nauseabunda das latrinas, da putrefação do lixo, do esgoto a céu aberto, foi transcrita no artigo, com riquezas de detalhes. Intencionando chamar a atenção para a situação insalubre da capital paraibana, Maroja buscou promover a defesa de uma “hygiene moderna”.

Flávio Maroja iniciou sua vida pública em 1889, em um consultório localizado na “Rua Marquez do Herval nº 13” (MAROJA, 2014), na capital do estado da Paraíba. Em sua atuação na clínica médica, atendeu a pacientes que recorreram aos serviços particulares, já em 1891, ingressou no Exército através de concurso público, na condição de médico tenente, segundo Nóbrega (1979, p. 210) “A 5 de agosto de 1891, promulgada a Carta Magna Estadual, vai ao Rio de Janeiro submeter-se a concurso para permanecer no corpo de saúde do Exército [...] Dado o sucesso nas provas, foi engajado numa guarnição aquartelada em Goiás”. A carreira médico militar não se prolongou e em 1894 Flávio Maroja retorna a Paraíba, na oportunidade solicita desligamento do Exército e volta a atuação profissional na clínica médica, nesse período foi nomeado para compor o corpo médico do Hospital Santa Isabel, da Santa Casa de Misericórdia, e posteriormente a direção do mesmo (Nobrega, 1979), o médico estava inserido ainda na imprensa, na política e em instituição de saberes, espaços que

transitou em sua vida pública e que foram realçados nas memórias e nos discursos construídos sobre ele.

Em seu itinerário, percorreu diversos espaços na política paraibana, conforme Celso Mariz (1897) foi deputado da Primeira Assembleia Constituinte e Legislativa da República (1891-1894) dissolvida em 1892, deputado pela Oitava Legislatura (1916-1919), eleito para a Nona Legislatura (1920-1923) logo renunciou ao cargo, pois foi eleito Primeiro Vice-Presidente do Estado, quadriênio (1920-1924) no governo Solon de Lucena. Exerceu influência política na sociedade e participou de diversos setores e departamentos públicos, foi diretor da Inspetoria de Saúde do Porto, do Instituto Vacinogênico e membro das Comissões de Saneamento e Profilaxia Rural. O médico ocupou ainda cargos de direção dos hospitais Santa Isabel, Hospital Oswaldo Cruz, atrelados a Santa Casa de Misericórdia, atuou ativamente em defesa do Instituto de Assistência e Proteção à Infância. Esse engajamento político social favoreceu sua projeção e atuação enquanto intelectual, médico-sanitarista, e potencializou a produção e mediação cultural.

Além das instituições, o Flávio Maroja ajudou a criar instituições de saber, foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que presidiu nas duas primeiras décadas do vigésimo século, e fundou a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB). Os discursos de Flávio Maroja possuíam caráter pedagogizante, sua liturgia profilática estava presente nos mais variados textos e suportes, sejam em entrevistas, crônicas, artigos, matérias ou em documentos oficiais como relatórios, seus enunciados visavam o saneamento, a higiene, a saúde do porto, da cidade, dos hospitais, das fábricas, do cinema, do campo, dos corpos, da infância, do homem, da mulher, da boca, dos olhos, das gerações, das raças e da nação.

Destarte, esse artigo objetiva analisar a produção cultural e os discursos voltados a educação para saúde do intelectual Flávio Maroja na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP, nas três primeiras décadas do vigésimo século. O debate sobre a figura do intelectual vem

se tornando cada vez mais necessário principalmente no contexto atual do Brasil, onde observamos um constante ataque as instituições de saber, as ciências, aos intelectuais e ao próprio campo da História. Pensar Flávio Maroja enquanto intelectual ajuda a problematizá-lo enquanto uma agente de saber, que fez circular na Paraíba saberes e práticas atrelados ao discurso médico e científico sobre uma educação da saúde. O caráter polissêmico do termo intelectual é apresentado por Jean-François Sirinelli (2003) a partir de duas definições que ajudam a delimitar fronteiras:

[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura (SIRINELLI, 2003, p. 242).

A inserção de Flávio Maroja na imprensa, nas sociedades de saber como o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) e a Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba (SMCPB), sua produção nas revistas dessas instituições – Revista do IHGP e Revista de Medicina – e na revista *Era Nova*, além de sua atuação política, apontam para as características de criador e mediador cultural, destacando que e o seu engajamento político gerou uma maior influência social aumentando a capacidade de amplificação de seus discursos. Ao estabelecer essa caracterização do intelectual atrelada a noção de engajamento Sirinelli (1998) vinculou o intelectual à atividade política, conferindo a essa uma dimensão cultural, sem separá-la das maneiras de produção, circulação e recepção dos produtos culturais.

Assim, entendemos Flávio Maroja enquanto um intelectual engajado politicamente, entendo esse processo como um “[...] fenômeno histórico que emerge em um terreno de criação e mediação cultural” (ALVES, 2019, p. 32) e que é marcado por redes de sociabilidades e relações de saber/poder. Para o historiador francês o criador e mediador cultural pode ser definido como:

[... ] um homem de cultura. Sob esta classificação podem estar reunidos tanto os criadores como os « mediadores » culturais: à primeira categoria pertencem os que participam criação artística e literária ou no progresso do saber, na segunda juntam-se os que contribuem para difundir e vulgarizar os conhecimentos dessa criação e desse saber (SIRINELLI, 1998, p. 261).

Segundo Sirinelli (1998), esse debate em torno do intelectual, de seu engajamento e da mediação e produção cultural nos coloca no cerne da História Cultural. O caráter polissêmico do termo intelectual suporta tanto os mediadores culturais, quanto os sujeitos que possuem um engajamento na vida da cidade devido a sua atuação política, leia-se atuação em uma cultura política e não apenas em uma estrutura política, portanto, os diferentes sentidos que o termo intelectual suporta não se apresentam enquanto um problema, mas sim como possibilidades de análise que contribuem para pensar Flávio Maroja enquanto um intelectual na amplitude do termo.

Conforme Gomes e Hansen (2016) a noção de intelectual suporta tanto os sujeitos produtores culturais, quanto os indivíduos responsáveis pela difusão cultural, os divulgadores da cultura que ao disseminar produtos culturais podem ser lidos como mediadores culturais. Produtor e mediador cultural não são conceito opostos, eles são interligados, a questão não é delimitar as fronteiras e sim perceber os intercruzamentos, as simbioses, a capacidade de mobilização social e política que estes sujeitos intelectuais promovem ou não. Ainda sobre o conceito de intelectual as autoras destacaram que

[... ] na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES, HANSEN, 2006, p. 10).

O intelectual percebido no domínio da História Cultural, não necessita se autoafirmar enquanto um intelectual, ou ser reconhecido pelos seus pares, muitas vezes esse reconhecimento social será tardio, ou só virá por meio da historiografia. Não é a figura do intelectual advindo única e exclusivamente de um grupo social elitista que interessa. É notório que muitos intelectuais e o próprio Flávio Maroja fazem parte de uma elite, mas não é apenas esse fator que os configuram enquanto intelectuais.

O conceito de intelectual em sua dimensão polissêmica possibilitar pensar o agente político e cultural em suas redes de sociabilidades, de produção e mediação cultural, bem como, sua atuação no cenário social e científico e a capacidade de mobilização que esse sujeito consegue atuar em meio aos seus projetos, discursos e ideias suas configurações, atuações na sociedade. Assim, tal noção nos oferta os subsídios necessários para pensar Flávio Maroja enquanto um intelectual nas diferentes vertentes que o conceito suporta.

## METODOLOGIA

A Para analisar a produção cultural de Flávio Maroja na Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano utilizamos no desenho metodológico a noção de análise do discurso postulada por Michel Foucault (2008) que entende o discurso como um “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (Foucault, 2008. p. 133). O discurso é uma prática social produzida a partir de relações de poder e é composto por enunciados que possuem elementos básicos, a saber, um referente, um sujeito, uma formação discursiva e uma materialidade. Essa noção ajuda a analisar, por exemplo, o discurso médico inserido em uma formação discursiva que suporta diversos enunciados sobre o sujeito o qual, para Michel Foucault (2008), é uma instância do discurso, não apenas corpo biologizado, mas, uma construção narrativa que existe e se constrói na linguagem. Assim, os discursos e escritos

de Flávio Maroja ajudaram a construir sua identidade dentro de uma relação de saber-poder que possibilitou práticas discursivas e não discursivas.

As proposituras de Michel Foucault subsidiam interrogar os discursos de Flávio Maroja tencionando os regimes discursivos, as relações de poder que se dão dentro do enunciado, questionar por que em um determinado momento foi possível o esculápio desejar incutir através de sua prática uma educação para saúde que seguiu certas formações discursivas. Como coloca Fischer (2001, p. 202), é “[...] perguntar de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência daquele enunciado singular e limitado”.

Dentre os diversos suportes utilizados por Flávio Maroja para difundir os discursos médico-sanitários voltados para educação para a saúde, analiso sua produção na Revista do Instituto Histórico Geográfico. Para tanto arrolei as séries discursivas sobre educação para saúde presentes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano-IHGP, enquanto materialidades de suas práticas discursivas. Vale ressaltar, que dialogo com Michel Foucault, que, para além de entender os discursos como conjuntos de signos os define “[...] como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55), assim, percebo os discursos do sanitaria como práticas, que se relacionam com diversos objetos.

Nesse sentido, as práticas educativas de Flávio Maroja se constituíram a partir de discursos médico-sanitários voltados para uma educação para a saúde, no sentido mais amplo do termo, e visava incutir na população novas técnicas e cuidado de com o corpo e dos outros, através dos discursos sobre a higiene dos corpos humanos e social, das ideias eugênicas, da profilaxia de doenças, especialmente das endemias rurais, bem como, da defesa da vacinação e de cuidados com saúde. Esses discursos constituíram a promoção da educação para a saúde, afinal de contas “[...] a educação é analisada como uma prática disciplinar de normalização e de controle social” (Larrosa, 1994, p. 53). Nessa perspectiva, também pode ser lida enquanto um dispositivo da *biopolítica*, resultado da ampliação

do campo de atuação da medicina, que buscou a normalização da sociedade através da regulação dos comportamentos relacionados à saúde, à doença e principalmente, a fazer viver a população.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

[...] a perpetuidade do passado, o estudo do presente, em busca de um futuro digno da Pátria comum: eis o lema desta Revista (Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, 1909, p. 4).

Fundado em 1905, o Instituto Histórico Geográfico Paraibano (IHGP) só veio a alcançar o projeto de publicar uma revista para divulgar, fazer circular os trabalhos da instituição e a produção científica dos sócios no ano de 1909. A proposta de periódico estava presente no Capítulo 1º, parágrafo 4º do Art. 1º do Estatuto da instituição, “[...] publicar uma Revista em que serão reproduzidos os documentos colleccionados, retratos de homens ilustres, de monumentos, paisagens e as memmorias, conferências e quaisquer estudos feitos de acordo com estes Estatutos” (Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, 1909, p. 11).

O primeiro número da Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano contou com a direção de Irineu Pinto e com a comissão de redação “[...] Dr. Francisco Xavier Junior, Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, Dr. José Rodrigues de Carvalho, Dr. Romulo de Magalhães Pachêco, Coriolano de Medeiros” (Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, 1909, p. 1). O polo editor foi formado pelos confrades da instituição, médicos, advogados, jornalistas, professores, políticos, padres, magistrados e militares, esse eram o perfil dos sócios-fundadores. A direção da casa da memória paraibana, como era conhecido o instituto, estava assim composta:

Presidente- Dr. Flávio Maroja.  
1º Vice-Presidente- Dr. Francisco de G. Nobrega.  
2º Vice-Presidente-Dr. Ulrico Sonntag.  
1º Secretario -Padre- Álvaro Cezar.  
2º Secretario- Coriolano de Medeiros.  
Supp. do 1º Secretario- Theodoro José de Souza.

Supp. do 2º Secretario – Prof.- Francisco Barroso. Orador – Dr. Octacilio de Albuquerque. Vice Orador – Conego - Odilon Coutinho. Thesoureiro – T.C. – Francisco C. de Lima e Moura. Bibliothecario - Irineu Pinto (Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, 1909, p. 2).

A composição da diretoria evidencia o predomínio de uma elite letrada e médica que, ao articular ciência, moral e política, legitimava-se como guardiã da memória estadual. O corpo diretor possuía várias funções distintas, ao presidente, posto que Flávio Maroja ocupou nas duas primeiras décadas do vigésimo século, competia corresponder-se com associações congêneres e com as autoridades públicas, designar sócios para ocupar interinamente cargos ou comissões, nomear comissões extraordinárias, convocar sessões, redigir ao final de cada mandato um relatório, entre outras atividades, em sua ausência o vice-presidente assumiria as funções.

A função de presidente da casa da memória paraibana garantiu ao intelectual um maior destaque social, ampliou suas relações com outras instituições e associações congêneres dentro e fora do estado. Através da análise das correspondências observei que ele se correspondeu com diversas instituições, inclusive do exterior, em 1918, Flávio Maroja enviou uma carta endereçada ao Presidente da República e ao Ministro do Exterior, em razão do fim da Primeira Guerra Mundial, expressando o “[...] o voto grande regozigio triunfante [ilegível] aliados” (Maroja, 1918, n.p); em outra correspondência, o médico, em nome do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, comunicou a Academia Americana de História que aderiu a instituição para “[...] prestar os seus modestos auxílios ao levantamento do grandioso edifício da história geral da América, correspondendo assim ao honroso convite de V. Excelência” (Maroja, 1920 n.p).

Na pasta de correspondências recebidas, constam diversos documentos, desde circulares de eventos, comunicações de eleição de novas diretorias de outras instituições, bem como, o recebimento de documentos e missivas enviadas pelo próprio instituto paraibano. Chamo atenção para as correspondências recebidas a nível internacional, a saber: a Sociedade de Geografia de Lisboa que acusou “o recebimento do estatuto do Insti-

tuto Histórico Geográfico Paraibano” (Sociedade de Geographia de Lisboa, 1908); a Sociedade Americana de Geografia localizada em Nova Iorque, nos Estados Unidos, enviou uma correspondência escrita em inglês “[...] acusando o recebimento de documentos do instituto” (American Geographical Society, 1915, n.p.); a Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística enviou um cartão de felicitações “[...] para o ano novo de 1913” (Sociedad Mexicana De Geografia y Estadística, 1912, n.p.). Era uma prática característica dos institutos históricos a troca de correspondências que faziam circular os informes referentes as instituições, as produções científicas e literárias, conferências, homenagens, biografias, votos de congratulações e notas de falecimentos, formando assim uma rede de informação e de difusão do conhecimento entre as instituições congêneres.

O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano possuía, além do corpo diretor, diversas comissões, como a de Sindicância e Contas, a de Pesquisa e Estudos Históricos e a de Redação da Revista, formadas por membros da diretoria e demais sócios, sujeitas a alterações pelo presidente ou pela diretoria. Segundo o estatuto, o número de sócios era ilimitado, dividido em categorias: fundadores, efetivos, beneméritos, correspondentes e honorários. Os fundadores eram os signatários do termo de criação da entidade, enquanto os efetivos, residentes na capital, possuíam maior prestígio e poder deliberativo. Os A análise da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)* revela que sua periodicidade e circulação estiveram diretamente condicionadas às relações políticas e econômicas locais, especialmente durante as gestões de Flávio Maroja (1907/1908 e 1909/1932). No período em que o médico esteve à frente da instituição, foram publicados sete números da revista. As quatro primeiras edições tiveram periodicidade anual, mas a quinta só veio a público em 1922, após um longo hiato motivado pela crise econômico-financeira do Estado e pela interrupção da impressão gratuita na Imprensa Oficial. A retomada da publicação nesse ano coincidiu com a ascensão política de Maroja, então Primeiro Vice-Presidente do Estado, durante o governo de Solon

de Lucena. No entanto, o rompimento político entre ambos resultou em nova suspensão das edições.

A sexta publicação, lançada apenas em 1928, voltou a mencionar as dificuldades financeiras e a ausência de apoio estatal, reafirmando a dependência da revista em relação às instâncias governamentais. A normalização da impressão só ocorreu em 1932, sob o governo do interventor federal Antenor Navarro. Dessa forma, a periodicidade do periódico estava intrinsecamente vinculada ao poder político de seu presidente e às articulações institucionais do IHGP, demonstrando como os “jogos de poder” locais influenciavam a produção e a circulação do impresso.

Quanto à circulação, a *Revista do IHGP* alcançava sobretudo os círculos intelectuais da capital e do interior paraibano, bem como instituições congêneres nacionais e internacionais. Correspondências comprovam o envio de exemplares a entidades como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, a Smithsonian Institution e a *American Geographical Society of New York*, entre outras. Apesar dessa difusão, o conteúdo publicado mantinha foco predominante em temáticas regionais, voltadas ao público e aos interesses locais, especialmente nas produções de Flávio Maroja, que articulavam saber científico, política e identidade paraibana”. Neste sentido, vejamos a produção de Flávio Maroja:

**Quadro I** - Mapeamento das Publicações de Flávio Maroja na Revista do IHGP

EDIÇÃO	TÍTULO	TEMÁTICA
Volume 1 Ano: 1909 Páginas: 115-122	Relatório apresentado pelo Dr. Flávio Maroja, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, na sessão magna de 7 de setembro de 1908	Descrição das atividades que foram desenvolvidas pelo Instituto nos anos de 1907 e 1908 com os seguintes tópicos: sessões solenes e ordinárias, estatutos, móveis, notas sobre história da Paraíba, falecimentos, finanças, revista e eleição.

EDIÇÃO	TÍTULO	TEMÁTICA
Volume 2 Ano: 1910 Páginas: 385-394	Relatório apresentado na sessão magna de 7 de setembro de 1910, do Instituto Histórico e Geographico Parahybano pelo presidente do mesmo instituto dr. Flávio Maroja	Descrição das atividades que foram desenvolvidas pelo instituto nos anos de 1909 a 1910 com os seguintes tópicos: sessões, o Instituto considerado de utilidade pública, do acordo Luso-brasileiro, reforma dos estatutos, biblioteca, finanças, novos sócios, sede do instituto, da revista, falecimentos, nova diretoria
Volume 3 Ano: 1911 Páginas: 431-438	A nossa hygiene. Considerações gerais	Artigo sobre as condições de higiene da capital da Paraíba, que destacou os problemas do lixo, esgoto e água, bem como a falta de um serviço sanitário na capital.
Volume 4 Ano: 1912 Páginas: 417-123	Relatório do movimento do Instituto Histórico e Geographico Parahybano	Descrição das atividades que foram desenvolvidas pelo instituto nos anos de 1911 a 1912 com os seguintes tópicos: das sessões, 5 de agosto, revista, sede social, falecimentos, correspondentes, biblioteca e nova diretoria.
Volume 5 Ano: 1922 Páginas: 163-167	Professor Joaquim Silva. Como o conheci. Um pequeno trecho de história	Texto que discorreu sobre a homenagem direcionada ao professor Joaquim José Henrique da Silva por ocasião da comemoração primeiro centenário de nascimento
Volume 6 Ano: 1928 Páginas: 37-40	O I Centenário da capital de Pernambuco	Artigo em homenagem a Recife pela ocasião do centenário de sua fundação, enunciados evidenciaram os vultos históricos, as belezas e as riquezas na capital vizinha.
Volume 7 Ano: 1932 Páginas: 3-5	A nossa revista	O texto apresentou as dificuldades para retomar a publicação da revista, e discorreu sobre a importância da geografia e da história enquanto elementos de conhecimento, expressão de verdade e civismo.
Volume 7 Ano: 1932 Páginas: 188-194	Relatório apresentado na sessão magna de 7 de setembro de 1925, do Instituto Histórico e Geographico Parahybano, pelo presidente (reeleito), s. Dr. Flávio Maroja	Descrição das atividades que foram desenvolvidas pelo instituto nos anos de 1924-1925 com os seguintes tópicos: trabalhos do instituto, novos sócios, prédio próprio, a Revista do instituto, visitantes ilustres, eleição de diretoria.

**Fonte:** Quadro elaborado pela autora a partir do mapeamento das edições da Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (2023).

As publicações de Maroja, majoritariamente de caráter institucional e laudatório, indicam a sobreposição entre a função administrativa e a de intelectual, evidenciando o caráter autorreferencial do impresso. Flávio Maroja ocupou a presidência do IHGP por vinte e quatro anos. Na revista do instituto ele esteve na comissão de redação até a edição n. 8, publicada em 1935. Nesse período, exerceu forte influência nas escolhas dos textos publicados no impresso, e moveu sua rede de influência na tentativa de manter a periodicidade da revista publicando-a na Imprensa Oficial do Estado. A função social que o médico ocupou a frente do instituto mobilizava uma rede de sociabilidades a quais ofereceram além de apoio político trocas de favores para ele e para a instituição. Segundo Gomes e Hansen (2016) a ocupação de um intelectual

[...] numa instituição cultural, pública ou privada, numa associação ou organização política, ou atua desde um lugar privilegiado numa rede de sociabilidades, de onde protagoniza projetos de mediação cultural de enormes impactos políticos (Gomes, Hansen, 2016, p. 21).

Nesse sentido, ocupar a presidência da casa da memória paraibana também expressava o desejo do intelectual de ser parte integrante dessa memória, de entrar no panteão dos vultos da instituição, da Paraíba e do Brasil.

Era preciso então, deixar registrados os textos produzidos, as atas das reuniões por ele organizadas, as conferências, os discursos, seus escritos sobre os mais variados temas. Na materialidade do impresso, Maroja desejava imprimir mais que seus discursos, buscou propagar seu nome, sua vida, sua imagem. A IHGP era para ele, um espaço oportuno para divulgar a produção científica, mesmo que os exemplares não contassem com textos de sua autoria, o seu nome estaria presente enquanto responsável pela organização do impresso, projetando sua identidade enquanto pertença do Instituto Histórico Geográfico Paraibano.

Ao mapear as edições do impresso, localizei oito textos assinados pelo médico. A metade, correspondia aos relatórios referentes às ativida-

des que foram desenvolvidas pelo instituto no período de sua presidência, descrição de cada período de gestão, conforme o estatuto do IHGP. Além dos relatórios, Flávio Maroja escreveu um artigo sobre a comemoração do primeiro centenário da fundação de Recife, seus enunciados em tom de exaltação de sujeitos e da própria cidade evidenciaram as belezas da capital Pernambucana, seus vultos e heróis históricos. A exaltação do sujeito nas comemorações de centenário foi uma regularidade discursiva presente nas inúmeras comemorações de centenários de nascimento organizadas pelo IHGP, enunciados que também deram o tom ao texto escrito pelo intelectual e publicado no quinto volume da *Revista do IHGP*, com o título “Professor Joaquim Silva Como o conheci”, narrativa em homenagem ao professor em alusão do primeiro centenário natalício (Cf.: Maroja, 1922).

A edição de n. 07 publicada no ano de 1932, timbrou em suas páginas o texto “A Nossa Revista”. Era característica do impresso apresentar um texto de abertura discorrendo um pouco sobre a edição, sobre o intervalo entre as publicações entre outros pontos, no texto em questão o intelectual ampliou o enunciado de insatisfação, que em sua maioria era destino as dificuldades financeira, e apontou para o número reduzido de colaboradores no impresso: “[...] onde, aqui e ali, reduzido é o número dos estudiosos e investigadores do nosso passado e cultores das nossas tradições” (Maroja, 1932, p. 3), mais que refletir sobre as dificuldades de publicação, ainda assinalou:

[...] por tudo isso se vê que a História precisa ser melhormente estuda e escripta, restabelecendo a verdade para que preenchida seja a sua desejada finalidade, vindo o passado servir de ensinamento ao presente, com os seus exemplos edificantes e os lances de verdadeiro heroísmo. Amemo-la! (Maroja, 1932, p. 5).

A perspectiva que o intelectual tinha sobre a escrita da história era a positivista<sup>2</sup>, privilegiando os acontecimentos factuais e lineares, datas

2 A historiografia positivista de Augusto Comte ganhou força em meados do século XIX e dominou a escrita historiográfica dos Institutos Históricos brasileiros. Conforme Soares Júnior (2021) Flávio Maroja está inserido na primeira geração de autores que discutiram

comemorativas, exaltação de heróis nacionais e locais. Buscava por uma pretensa verdade lida nos documentos oficiais. Afirmando que ele não era um sujeito isolado, estava inserido em um lugar institucional responsável por produzir e divulgar essa perspectiva historiográfica no Brasil do início do vigésimo século.

No terceiro volume da *Revista do IHGP* foi publicado o artigo “A nossa hygiene. Considerações gerais”. O texto estava datado em 1905, porém só chegou a ser publicado em 1911. O artigo com sete páginas expôs de forma mais consistente as considerações de Flávio Maroja sobre a falta de higiene da capital paraibana. Ao longo da narrativa, o médico buscou explanar as condições sanitárias, de higiene e de saúde. Iniciou o artigo narrando o estado de atraso da saúde pública da “Phelippéa” que remontava ao padecimento das condições passadas, vejamos:

[...] não é sem bons fundamentos e sem a observação a curada de alguns annos que nos animamos a despertar a attenção dos governos presentes e futuros sobre os males que nos ameaçam deante da constituição médica da Parahyba, que já não é das mais favoráveis, cotejando-se o coefficiente de mortalidade de hoje com o da de épocas remotas. Por onde quer que se comece o estudo das diversas causas productoras umas, e agravantes outras, da má hygiene da nossa capital, ver-se-a, no seu término, que são innumeradas essas causas, cada qual mais carente de prompto e efficaz remedio, todas mercedoras de um remodelamento accorde às exigências da hygiene moderna (Maroja, 1911, p. 431).

A “hygiene moderna” seria a solução para a sujidade, para a mortalidade e para as mazelas que insistia em colocar a capital no passado, tais enunciados relacionavam a falta de preceitos higiênicos com o atraso, e esse atraso deveria ficar no passado. Importante destacar que o discurso sobre a modernidade englobava os discursos higiênicos, eugênicos e sani-

---

temas relacionados a saúde e a doença na Paraíba, seus escritos não são textos acadêmicos, mas narrativas que privilegiaram “[...]quase que exclusivamente a transcrição de documentos históricos delicadamente selecionados com o interesse de assegurar fatos e personagens que ‘muito contribuíram’ para a saúde da Paraíba (Soares Júnior, 2021, p. 102).

tários, o desejo de uma capital moderna passava antes hygiene urbana e da população.

Para Flávio Maroja a “hygiene moderna” seria o remédio para os inúmeros males que atingiam a população, inclusive para o melhoramento do “[...] o coeficiente de mortalidade” (Maroja, 1911, p. 431), que segundo ele mantinha-se como no passado, em 1905, em Mensagem Apresentada a Assembleia Legislativa, o presidente do Estado informou que a taxa de óbitos da capital paraibana chegou ao número de “[...] 632 óbitos sendo 340 do sexo masculino e 290 do sexo feminino; 194 nascimentos, sendo 101 masculinos e 93 do feminino” (Machado, 1905), ao relacionar a taxa de natalidade com a de mortalidade vislumbra-se que em relação ao quantitativo da população, a taxa de obituários, mantinha-se em um número elevado. Antes de assinalar os discursos profiláticos sobre hygiene, o sanitarista discorreu sobre os diversos perigos das sujidades que emporcalhavam a capital:

[...] pisamos sobre um *vulcão latente*, e este fará um dia a sua explosão, si, porventura, mão bemfazeja não cuidar de dotar esta capital de melhoramentos que nos acautelem contra a invasão das epidemias que encontram presentemente em nosso meio causas muito favoráveis ao seu repasto, bastando para mantel-as o ar corrompido que respiramos, proveniente do mephytismo tellurico. Entrássemos em minudencias a esse respeito, e veríamos que ao lado de diversas outras causas infecciosas sobressae a falta de canal sação d’água e exgôto, e d’ahio uso que ainda fazemos das *fossas fixas* a que, por euphemismo, chamamos essas latrinas, em sua maioria malcuidadas e d’onde se desprendem miasmas capazes de determinar as mais graves intoxicações (Maroja, 1911, p. 432)

Risco iminente de uma explosão de enfermidades, o intelectual compara o estado de sanitário da capital com um “vulcão latente”, tal preocupação era justificada, pois a cidade não tinha sistema de esgotamento sanitário, segundo Advíncula (2009) em 1910 foi implantando um sistema de abastecimento de água na capital, contudo sem a devida rede de esgotamento, ficando a cargo das fossas, quando existentes, o destino dos excrementos humanos, exalando o “mephytismo tellurico”, gases

oriundos da putrefação dos dejetos que segundo o médico colocava em risco a saúde da população. Para Soares Júnior (2021) Maroja apesar de justificar as ações do governo elogiando as ações que ele implementava, mesmo que insipientes, o médico paraibano ao citar os exemplos de outros estados, fazia uma crítica indireta e dando a entender que “[...] a ordem de seu discurso parecia orientar os chefes do governo à ‘correta’ formar de conduzir a higiene na Paraíba” (Soares Júnior, 2021, p. 105).

Em uma análise comparativa, o autor cita a situação insalubre da Paraíba, relacionando com o Recife e as diversas crises de saúde pública que a capital pernambucana estava enfrentando. As epidemias que afligiram aquela localidade foram descritas como um exemplo de um povo que negligenciou os cuidados sanitários.

Antes do leitor ficar apreensivo com o panorama catastrófico anunciado por Maroja, ele aponta para um segundo caso e descreve como o sistema sanitário de saúde de Fortaleza foi um exemplo que poderia ser seguido, indicando assim a solução para o casal local, que seria a criação do Serviço de Higiene,

[...] do quanto temos dito, embora não o suficiente para provar a efficacia das medidas sanitárias postas em prática nos centros populosos, se evidencia a necessidade urgente da organização do serviço de hygiene desta capital, até agora desconhecedora do seu coeifficiente exacto de natalidade e mortalidade à falta de uma estatística demógrafo-sanitária. Essa necessidade torna-se tanto mais palpitante e humanitária, quanto preciso se faz conhecer quaes as nossas moléstias endêmicas, – e se é que o impaludismo é a única a ter convivência comnosco, – a fim de atacal-as em seus focos, destruindo os *germens* que pullulam em torno de nós, arruinando-nos a saúde, preparando-nos a velhice precoce, e, portanto, o sacrificio da raça que degenera carcomida pelo vício e exgottada pela moléstia. Empenhemo-nos n’essa humanitária campanha e salvemos o futuro das futuras gerações (Maroja, 1911, p.432).

A estatística “demógrafo-sanitária”, ou dito de outra forma, o levantamento estatístico das taxas de mortalidade, natalidade, número de doentes por faixa etária e por tipo de doenças, mapeamentos de casos endêmicos, controle de longevidade, enfim, foram “[...] os primeiros alvos

da atuação biopolítica que surgiram na segunda metade do século XVIII” (Foucault, 2008, p. 204), e um dos principais campos de mobilização e intervenção sobre esses alvos foi o saber-poder da medicina, os enunciados de Flávio Maroja são legitimados por esse saber-poder que colocava na ordem do dia a necessidade dos dados estatísticos para melhor intervir planejar os dispositivos de normalização da população.

Nas palavras de Maroja, a organização do “serviço de hygiene” seria o primeiro passo para mudar o cenário insalubre da capital paraibana, ele continua a narrativa detalhando a organização do serviço de higiene do Ceará, “[...] em cada município existe uma delegacia de hygiene, destinada à defesa sanitária da circunscrição e dotadas todos ellas dos recursos precisos para a consecução dos seus fins” (Maroja, 1911, p.433), as ações sanitárias eram descentralizadas, não ficavam restritas a capital. Outro exemplo apontado pelo intelectual para reforçar seu argumento da necessidade de organização de um serviço de higiene foi a prática adotada no Maranhão, que teria “[...] dotando-ó de melhoramentos taes em matéria que a sua directoria já distribue boletins semanaes, pelos quaes se torna conhecido o seu movimento de natalidade, nupcialidade e mortalidade” (Maroja, 2011, p. 435).

O controle dos dados estatísticos funcionaria, na perspectiva de Foucault (2008), enquanto um mecanismo regulador que objetivava buscar um equilíbrio orgânico na população, vai “[...] ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade” (Foucault, 2008, p. 207). Essa tecnologia regulamentadora da vida, foi um dos diversos dispositivos da biopolítica mobilizados pelo saber-poder médico, e, conseqüentemente, por Flávio Maroja.

Dando continuidade à análise do artigo, o sanitarista discorreu sobre os riscos de doenças causados pela falta de rede de esgotamento sanitário, pelo uso das latrinas que ficavam nos fundos dos quintais, “[...] uma asquerosa e nauseabunda, contra as regras da mais rudimentar hygiene” (Maroja, 1911, p. 435), das fossas e da prática de expelir os dejetos fecais nos cantos de muro ou nas matas. A maneira como a população lidava

com as necessidades fisiológicas é apontada como um potencial causador das enfermidades que os afligiam:

[...] estão accordes todos os médicos clínicos e higienistas em afirmar que a matéria fecal provoca a febre typhoide, chegando alguns a acreditar não carecer mesmo que ella tenha proveniência específica e outras que as fezes são o germen typhico e typhogênico.[...] este facto, seja dito de passagem, deve merecer a nossa atenção sobre as febres que, de preferênciã, no começo da estação invernosa, se desenvolve nesta cidade e que, tratadas como uma typho-malária, podem, entretanto, ser outra entidade mórbida que tenha como responsável bacilo de Eberth, produtor da genuína febre typhoide, vez do hematosoario de Laveran, gerador da malária (Maroja, 1911, p. 135-136).

Flávio Maroja chama a atenção para o risco de contaminação do “material fecal” causador da “febre typhoide”, conforme o Ministério da Saúde (2024) é doença bacteriana aguda causada pela “Salmonella entérica” ou como também era conhecida “baello de Eberth”, entre os sintomas mais comuns estavam a febre alta, dores de cabeça, retardamento do ritmo cardíaco, aumento do volume do baço, prisão de frente ou diarreia, tosse seca, se não tratada pode levar a morte a febre tifoide<sup>3</sup> apresentava-se de maneira endêmica e tinha como forma de contágio o contato direto com portador por meio de suas mãos contaminadas ou de forma indireta através da consumo de alimentos ou água contaminados.

No enunciado ele chama atenção para as “febres” levantando a hipótese que a febre tifoide poderia ser confundida com outras doenças também endêmicas como a malária, os diagnósticos dessas doenças, em sua maioria, eram realizados a partir da avaliação médica, quando se tinha o acesso a um médico. O tratamento era direcionado aos sintomas, apesar de já existir vacina para a doença, não foi encontrado nas fontes pesquisadas menção a vacinação contra febre tifoide nas duas primeiras décadas do vigésimo século na Paraíba, prevalecendo as medidas profi-

3 Atualmente no Brasil a doença é incidente de forma endêmica em regiões isoladas e no Norte e Nordeste, está estritamente associada à falta de saneamento básico (Ministério da Saúde, 2024).

láticas preventivas associadas aos cuidados com a higiene, ao tratamento da água e a rede de esgoto

Em 1911, o então presidente do estado, o sr. João Lopes Machado, informou no relatório suas ações para a saúde pública da Paraíba:

[...] felizmente a nossa capital já está prestes a possuir os factores indispensáveis às organizações sanitárias, como sejam os serviços de abastecimento d'água, esgotos e iluminação, que acarretarão como consequência imediata o calçamento das ruas, a viação electra, arborização, deposito, remoção e destruição do lixo, que representam medidas complementares de valor (Machado, 1911, p. 28).

Vale salientar que o presidente João Lopes Machado era médico. Ele baixou “[...] o decreto n. 494, de 8 de junho do orrente anno, que organiza a Repartição de Hygiene, e acordo com o regulamento expedido na mesma data” (Machado, 1911, p. 27), e buscou implantar “[...] os factores indispensáveis às organizações sanitárias” (Machado, 1911, p. 27), para tal contratou em 1913 o “[...] projeto de esgotamento sanitário do Escritório Francisco Saturnino de Brito” (Machado, 1911, p. 27), tal projeto só foi executado em 1922, no governo de Solon de Lucena. Além da questão do saneamento a questão do lixo foi apontada por Flávio Maroja como um grave problema, questão também descrita na mensagem de João Machado no ano de 1911, que afirmou que a capital estava “[...] prestes a possuir” (Machado, 1911, p. 28), ou seja ainda não tinha um serviço apropriado de “[...] remoção e destruição do lixo” (Machado, 1911, p. 28). Sobre essa situação, escreveu Flávio Maroja:

[...] ao lado das fezes figura o lixo, que composto de toda a sorte de detritos orgânicos animais e vegetais em fermentação e armazenamento em immundos caixões a um canto das casinhas, entra como grande factor na corrupção do ar que se respira nesses quase sempre acanhados ambientes, onde innocentes criancinhas, pelas condições de sua receptividade mórbida, vão muitas vezes se intoxicar, inconsciente da nocividade do elemento deleterio que por longas horas ali permanece (Maroja, 1911, p. 436).

No enunciado acima, o médico descreveu as práticas cotidianas da população em relação ao lixo, desde o “[...] armazenamento em imundos caixões” (Maroja, 1911, p. 436); a localização desses resíduos em um recanto das casas; o fato de que a putrefação desses materiais orgânicos exalarem um odor fétido, nas palavras de Maroja causava a intoxicação das “criancinhas”; o lixo no interior das residências atraía ratos, insetos, moscas, baratas, enfim, vetores de inúmeras doenças.

Essas práticas também eram campos de intervenção da biopolítica. Na medida que, conforme Foucault (2008) essa tecnologia do biopoder buscava propor preceitos higiênicos para assegurar a longevidade da população, incidiam sobre a organização espacial da cidade, sobre a sexualidade e procriação e exerciam pressões “[...] sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados as crianças; a escolaridade etc.” (Foucault, 2008, p. 211).

Se o lixo no interior das residências era motivo de preocupação sanitária, o nas vias públicas escancarava o problema sanitário para todos os transeuntes e moradores da capital paraibana:

[...] os carroções descojuntados, e mal guiados da nossa Municipalidade, arrastando-se morosamente pelas ruas, deixando quasi sempre pelo seu trajeto basta cauda desses resíduos em decomposição, oferecem um verdadeiro contraste entre o que realmente são e os fins que se destinam, fazendo o serviço de *limpeza pública*. Os caixões que servem de depósito de lixo são bruscamente arrastados das portas dos domicílios e despejados nos taes carroções, acontecendo muitas vezes que metade do seu conteúdo fica derramado pelos passeios e calçamentos, o que vale dizer remove-se um foco de infecção para deixal-o a pequena distância, produzindo os seus efeitos perniciosos e escandalizando aos transeuntes, e especialmente aos nossos visitantes, que testemunham tão deprimente espetáculo! (Maroja, 1911 p. 236).

Os enunciados do intelectual exibiam qualidade do serviço de limpeza urbana da capital aqui estudada, apontando para a contradição de um serviço que deveria ser sinônimo de higiene, mas que na prática era responsável por deixar em seu percurso “[...] basta cauda desses resíduos

em decomposição”. Tal serviço acontecia de forma precária, os carroceiros amontoavam suas carroças abertas de lixo, o que resultava em rastro fétido por onde passava, esses detritos não tinham destinos adequados, eram despejados nos terrenos baldios nas regiões mais afastadas da cidade, o que gerava outro problema, o risco de contaminação dos mananciais de água.

No relatório sobre a saúde enviado por Machado (1911) a Assembleia Legislativa o presidente do estado relatou a compra de “[...] um forno de incineração com capacidade para destruir 10 a 12 toneladas de lixo, que é a produção diária da capital” (Machado 1911, p. 28). Essa iniciativa, resolveria parte do problema do lixo, faltando a organização do serviço de coleta que segundo ele seria providenciado assim que o forno fosse entregue, a

[...] adoção de caixas metálicas fechadas e providas de certa quantidade de desinfectantes, e a de carroças fechadas e munidas de revestimento interno metálico, de modo a se prestar a lavagens desinfectantes e em número suficiente para serem destruídas pelas zonas em que deverá ser dividida a cidade, teremos, necessariamente, a solução de tão urgente e importante problema sanitário (Machado, 1911, p. 28).

O discurso do presidente do Estado contidos na mensagem endereçada à casa legislativa estadual, podem ser entendidos como uma possível resposta aos enunciados de Flávio Maroja, em seu artigo “A nossa hygiene”. Pelo menos no campo discursivo, as demandas destacadas pelo sanitarista foram levadas em consideração pelo governo de João Lopes Machado, que projetou implementar as medidas sanitárias, as mesmas apontadas por Maroja, contratou uma empresa para realizar um projeto de rede de esgotamento sanitário, comprou um incinerador para o lixo e indicou o desejo de adquirir “[...] caixas metálicas fechadas e [...] carroças fechadas e munidas de revestimento interno” (Machado, 1911, p. 28). para resolver o problema da coleta de lixo, soluções para o problema da coleta e criou a “[...] ‘Repartição de Hygiene’ pelo decreto n. 494 de 08 de junho de 1911” (Machado, 1911, p. 27).

Provavelmente, o chefe do executivo estadual leu o artigo, ou ouviu do próprio Maroja os discursos sobre a situação da saúde do estado e da capital, e a necessidade da “[...] organização do serviço sanitário” (Maroja, 1911, p. 437) e buscou indicar na mensagem as ações que estava tentando implementar na capital, na prática apenas a repartição de hygiene foi instalada ficando os outros problemas de saúde pública a assolar não apenas a capital, mas também os interiores, acontecimentos que continuaram a ser matéria dos discursos de Flávio Maroja, seus enunciados foram instrumentos de intervenção da biopolítica, em seu amplo campo de atuação que leva em conta “[...] os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (Foucault, 2008, p. 2007). Nesse sentido, a aplicação das diversas normas de hygiene e de cuidados com a saúde da população foram mobilizadas por um poder regulamentador da população, esses discursos foram divulgados em uma revista especializa, “[...] que estava alicerçada numa escrita histórica objetiva, dita verdadeira e científica como convinha a época” (Soares Júnior, 2021, p. 112). Assim, o próprio veículo de circulação dos escritos de Maroja colaborava para referenciar seus discursos no campo científico, porém essa prática não ficou restrita a *Revista do IHGP*, o intelectual investiu suas forças na criação de uma associação médica e de uma revista específica que se trata da medicina, saúde e doença, no tópico seguinte adentramos nesse cenário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revista do IHGP sob a direção de Flávio Maroja evidencia como ciência, política e práticas de hygiene estavam interligadas no início do século XX na Paraíba. A periodicidade e circulação do periódico refletiam relações de poder locais, enquanto o conteúdo articulava discursos de modernidade, intervenção sanitária e biopolítica. Maroja utilizou a revista como instrumento de projeção social, consolidando sua presença institucional e promovendo a circulação de conhecimento científico e histórico em redes

locais e internacionais. As análises demonstram que a atuação de Flávio Maroja ultrapassou os limites da medicina e do Instituto, projetando-se na esfera política e no imaginário de modernidade. Através de seus discursos, práticas e publicações, consolidou-se uma concepção de higiene enquanto instrumento civilizatório, vinculando a saúde da população ao progresso da Pátria. Assim, o IHGP não apenas preservava a memória da Paraíba, mas também legitimava um projeto de governo dos corpos e das cidades.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alanny Paulo Ricardo de. **“Um homem de ciência”: saberes e práticas médico-educativas do intelectual Flávio Maroja na Paraíba (1889-1964)**. 2024. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2024.

ADVÍNCULA, A. **História do saneamento na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

AMERICAN GEOGRAPHICAL SOCIETY OF NEW YORK. **Correspondência recebida**, 1912.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. **Correspondência recebida**, 1908.

BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. **Correspondência recebida**, 1910.

SMITHSONIAN INSTITUTION. **Correspondência recebida**, 1911.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOMES, Ângela Maria de Castro. HANSEM, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política / organização Angela Maria de Castro**

Gomes, Patricia Santos Hansen. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

MAROJA, F. **A nossa hygiene.** Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, v. 3, p. 431-438, 1911.

MAROJA, F. **Professor Joaquim Silva: Como o conheci.** Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, v. 5, p. 163-167, 1922.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Febre tifoide: causas e prevenção.** Brasília: Ministério da Saúde, 2024

MAROJA, F. **A nossa revista.** Revista do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, v. 7, p. 3-5, 1932.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO PARAIBANO. v. 1 a 7, 1909-1932..

SOARES JÚNIOR, R. **Discursos sanitários e modernidade: a Paraíba no início do século XX.** João Pessoa: Editora UFPB, 2021

SOCIEDAD MEXICANA DE GEOGRAFIA Y ESTADISTICA. **Correspondência recebida,** 1912.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 259-281.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: **Por uma história política I** [Direção de] René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-270.